

PREGÃO ELETRÔNICO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72/2022
(Processo Administrativo nº23062.041601/2022-67)

Torna-se público que o(a) CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS, por meio da Divisão de Aquisições de Bens e Serviços, sediado(a) Av. Amazonas, 5253, Nova Suíça, Belo Horizonte-MG realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 25/01/2023

Horário: 10:00

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Critério de Julgamento: menor preço por item

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de **argamassa, piso porcelanato, revestimento de parede interno, piso cerâmico e piso vinílico e outros**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/> por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.2. Para os itens 1,2,3,5,7,8,9,13,14 e 15 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.1.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.1.4. No âmbito da competitividade, a aglutinação gera um maior volume de compras tornando o certame mais atrativo aos participantes, possibilitando assim a diluição dos custos envolvidos e conseqüentemente a redução dos valores ofertados.

4.1.5. Portanto, em acordo com o disposto no Art. 8º, do Decreto nº 8.538 de 06 de outubro de 2015, não haverá reserva de cota para ME-EPP, pois considera-se “não vantajosa a contratação” quando: a natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação do benefício (Decreto nº 8.538, de 2015, art. 10, parágrafo único).

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário;

4.2.8. sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

4.3. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.3.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.3.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.3.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.3.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.3.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.3.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.3.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.6. que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.3.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.8. que o objeto é prestado por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.
 - 7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
 - 7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
 - 7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
 - 7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).
- 7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

- 7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.18. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, ao objeto produzido:
- 7.26.1. no país;
 - 7.26.2. por empresas brasileiras;
 - 7.26.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 7.26.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

- 7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 7.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.28.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

- 8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.
- 8.2. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.
- 8.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 8.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
- 8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 8.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2(duas) horas sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.6.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo
- 8.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de

catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta-

- 8.7. Poderá ser solicitado pela equipe técnica a apresentação de amostra e/ou catálogo técnico com as descrições dos objetos ofertados, dentro do prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados a partir da comunicação. A não apresentação dentro do prazo estabelecido incorrerá em desclassificação do proponente;
- 8.8. As amostras e/ou catálogos serão analisados dentro das especificações solicitadas, inclusive com as exigências da ABNT, bem como se atendem com eficácia ao fim a que se destinam;
- 8.9. As amostras colocadas à disposição da Administração serão tratadas como protótipos, podendo ser manuseadas e desmontadas pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
- 8.10. A amostra que apresentar problema de funcionamento durante a referida análise terá o item imediatamente desclassificado, mesmo que possua todas as especificações exigidas no Edital;
- 8.11. A amostra deverá ser enviada juntamente com a embalagem original do produto, a fim de que se possa aferir com precisão a especificação do objeto e sua análise se dará da seguinte forma:
 - 8.11.1. Comparativo das especificações técnicas da amostra apresentada com as especificações técnicas do modelo de referência, todas aferidas em sítios eletrônicos da Internet.
 - 8.11.2. Análise comparativa da amostra apresentada com o modelo de referência e,
 - 8.11.3. Utilização da amostra pela equipe de manutenção para aferir sua resistência e/ou funcionamento de acordo com o comparativo com o modelo de referência.
- 8.12. A amostra que obtiver aprovação e for a vencedora do item permanecerá no CEFET-MG até que seja efetivada a entrega do bem pelo licitante, a fim de ser com esta comparada.
- 8.13. A empresa que não apresentar a amostra conforme solicitação pela Administração, terá como penalidade a sua desclassificação no certame.

9.

- 9.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 9.15. A amostra deverá ser enviada para o seguinte endereço: CEFET/MG – Avenida Amazonas, 5.253 – bairro Nova Suíça – Belo Horizonte/MG,. CEP 30421-169 Belo Horizonte/MG – Setor da Prefeitura – servidor responsável pelo recebimento: Fernando Bernardes Junior.
- 9.16. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 05 (cinco) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.
- 9.17. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 9.18. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 9.19. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU ([https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0](https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0;));

10.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

10.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.4.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

10.4.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.4.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

- 10.5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 10.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 10.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 10.8. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 10.8.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 10.9. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:
- 10.10. **Habilitação jurídica:**
- 10.10.1. no caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 10.10.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 10.10.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.10.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 10.10.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 10.10.6. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 10.10.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- 10.11. **Regularidade fiscal e trabalhista:**
- 10.11.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 10.11.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da

Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 10.11.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 10.11.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 10.11.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 10.11.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 10.11.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.12. **Qualificação Econômico-Financeira.**

- 10.12.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- 10.12.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
 - 10.12.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);
 - 10.12.2.2. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
 - 10.12.2.3. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.
- 10.12.3. comprovação da boa situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 10.12.3.1. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

10.13. **Qualificação Técnica:**

- 10.13.1. Deverá ser apresentado, em conjunto com a proposta, atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) a efetiva prestação de serviços, pela contratada. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão possuir as seguintes características mínimas:
- 10.13.2. O atestado deverá conter razão social, CNPJ e endereço da pessoa jurídica que o emitiu, bem como nome, qualificação e assinatura do seu representante legal, além da descrição circunstanciada dos serviços realizados;
- 10.13.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;
- 10.13.4. A empresa deverá ser especializada no ramo de comercialização de materiais para construção civil, oficial e legalmente estabelecida, em conformidade com a legislação em vigor.
- 10.13.5. A Administração se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre o serviço prestado e cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.
- 10.13.6. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- 10.14. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 10.15. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 10.15.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 10.16. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 10.17. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 10.18. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.
- 10.19. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos para tanto, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 10.20. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.21. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

10.21.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

10.22. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

11.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

11.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

11.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

16.1. Não haverá exigência de garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação.

17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

17.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

17.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

17.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame;

18. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

18.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

18.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso a sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5(cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

18.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

18.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

18.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

- 18.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
- 18.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.
- 18.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 18.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.
- 18.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.
- 18.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 18.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.
- 18.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

19. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

- 19.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

- 20.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 21.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

22. DO PAGAMENTO

- 22.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

22.1.1. É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

23.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

23.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

23.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

23.1.3. apresentar documentação falsa;

23.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

23.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

23.1.6. não manter a proposta;

23.1.7. cometer fraude fiscal;

23.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

23.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

23.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

23.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

23.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

23.4.2. Multa conforme previsto no Termo de Referência.

23.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

23.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

23.4.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Edital.

23.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

23.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

23.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a

eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

- 23.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 23.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 23.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 23.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 23.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 23.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 23.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

24. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 24.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
- 24.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.
- 24.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.
- 24.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/213.

25. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 25.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 25.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail isabella@cefetmg.br.
- 25.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 25.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 25.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

25.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

25.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

25.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

25.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

26.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

26.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

26.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

26.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

26.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

26.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

26.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

26.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

26.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/> ou <https://www.slog.cefetmg.br/licitacoes>, assim como os autos do processo administrativo poderão ser vistos no endereço eletrônico <https://sig.cefetmg.br/public/jsp/portal.jsf> na aba “Processos”.

26.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

26.12.1. ANEXO I - Termo de Referência

26.12.2. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

- 26.12.3. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços
- 26.12.4. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato
- 26.12.5. ANEXO IV – Modelo de proposta comercial

Belo Horizonte, 21 de dezembro de 2022

Isabella Cardoso Amaral

Pregoeira



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23062.041601/2022-67
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

1 DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para o fornecimento de **argamassa, piso porcelanato, revestimento de parede interno, piso cerâmico e piso vinílico e outros**, conforme condições, quantidades e especificações constantes neste instrumento:

ITEM		CATMAT CATSER	UNID.	QUANT.
1	ARGAMASSA COLANTE TIPO ACI, COMPOSTA DE CIMENTO PORTLAND, AGREGADOS DE GRANULAMETRIA CONTROLADA E ADITIVOS QUÍMICOS, DE ACORDO COM A NBR 14081/2004, SACO COM 20 KG, PADRÃO VOTORANTIN LINHA VOTOMASSA ACI OU SIMILAR E VALIDADE SUPERIOR À 3/4 DA INDICADA NA EMBALAGEM.	315169	SC	590
2	ARGAMASSA COLANTE TIPO ACII, COMPOSTA DE CIMENTO PORTLAND, AGREGADOS DE GRANULAMETRIA CONTROLADA E ADITIVOS QUÍMICOS, DE ACORDO COM A NBR 14081/2004, SACO COM 20 KG, PADRÃO VOTORANTIN LINHA VOTOMASSA ACII OU SIMILAR E VALIDADE SUPERIOR À 3/4 DA INDICADA NA EMBALAGEM.	351172	SC	790
3	ARGAMASSA COLANTE TIPO ACIII, COMPOSTA DE CIMENTO PORTLAND, AGREGADOS DE GRANULAMETRIA CONTROLADA E ADITIVOS QUÍMICOS, DE ACORDO COM A NBR 14081/2004, SACO COM 20 KG, PADRÃO VOTORANTIN LINHA VOTOMASSA ACIII OU SIMILAR E VALIDADE SUPERIOR À 3/4 DA INDICADA NA EMBALAGEM.	315173	SC	400
4	PISO PORCELANATO 60X60; COR CLARA; ESPESSURA MINIMA DE 9 MM; CAT.A;COM ABSORÇÃO DE AGUA COM ATE 0,5%;ACETINADO;RETIFICADO POLIDO; SUPERFICIE LISO;SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR AO PADRAO PORTO BELLO - GEA WHITE.	448626	M ²	3400
5	PISO PORCELANATO 60X60; COR CLARA; ESPESSURA MINIMA DE 9 MM; CAT.A;COM ABSORÇÃO DE AGUA COM ATE 0,5%;ACETINADO;RETIFICADO POLIDO; SUPERFICIE DECORADA;SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR AO PADRAO PORTO BELLO - PRECIUS	448626	M ²	220
6	REVESTIMENTO PAREDE INTERNO 30x60; COR CLARA;ESPESSURA 10MM;RETIFICADO ACETINADO COM ACABAMENTO LISO;SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR AO PADRAO PORTO BELLO - GLACIER.	150638	M ²	800

7	PISO CERAMICO 50x50;COR ESCURA;CLASSE A;PEI 5- ALTO TRAFEGO;APLICAÇÃO EXTERNA E INTERNA;ESPESSURA MINIMA DE 6,5 MM;SUPERFIE ESMALTADA COM ACABAMENTO LISO.	441352	M ²	1020
8	PISO CERAMICO 50x50;COR CLARA;CLASSE A;PEI 5- ALTO TRAFEGO;APLICAÇÃO EXTERNA E INTERNA;ESPESSURA MINIMA DE 6,5 MM;SUPERFIE GLANILHA COM ACABAMENTO ANTI-DERRAPANTE.	444384	M ²	600
9	PISO CERAMICO 50x50;COR ESCURA;CLASSE A;PEI 5- ALTO TRAFEGO;APLICAÇÃO EXTERNA E INTERNA;ESPESSURA MINIMA DE 6,5 MM;SUPERFIE GLANILHA COM ACABAMENTO ANTI-DERRAPANTE.	444384	M ²	1430
10	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PISO VINÍLICO EM MANTA, LINHA COMERCIAL COM, NO MÍNIMO, 2 MM DE ESPESSURA, COR A ESCOLHER (SENDO QUE SERÁ UMA COR CLARA); SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR A TARKETT, LINHA IQ MEGALIT.	393003	M ²	5200
11	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PISO VINÍLICO EM MANTA, LINHA COMERCIAL COM, NO MÍNIMO, 2 MM DE ESPESSURA, COR A ESCOLHER (SENDO QUE SERÁ UMA COR CLARA); SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR A TARKETT, LINHA IQ OPTIMA.	393003	M ²	1220
12	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PISO VINÍLICO EM REGUA COM, NO MÍNIMO 18,4 X 0,95 CM, LINHA COMERCIAL COM, NO MÍNIMO, 2 MM DE ESPESSURA, COR A ESCOLHER (SENDO QUE SERÁ UMA COR CLARA); SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR A TARKETT, LINHA AMBIENTA SERIES.	393003	M ²	1280
13	MASSA PRONTA PARA ASSENTAMENTOS DE BLOCOS DE CONCRETO, CERÂMICOS E/OU REVESTIMENTOS DE PAREDE EM AMBIENTE INTERNO E EXTERNO, TONALIDADE CINZA, SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR A VOTOMASSA DA VOTORANTIN CIMENTOS.	483305	SC	840
14	REJUNTE ACRILICO PARA USO EM PISOS E PAREDES; POSSUIR TECNOLOGIA ANTIMOFO; SER RECOMENDADO PARA ÁREAS MOLHADAS, SER INDICADO PARA SOBREPOSIÇÃO DE REJUNTE ANTIGO, CIMENTÍCIO, ACRÍLICO, EPOX, DENTRE OUTROS, VIR ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 1KG; SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR A MARCA PORTOCOLL; CORES A ESCOLHER	466764	kg	140
15	ESPAÇADOR PARA ASSENTAMENTO DE PISOS, REVESTIMENTOS CERÂMICOS E OUTROS; TIPO CRUZ; FABRICADO EM PLASTICO DE ALTA QUALIDADE; SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR A MARCA CORTAG JUNTAPISO; EMBALAGEM COM 100 UNIDADES; TAMANHOS A ESCOLHER.	343113	Pacote	120

1.3A previsão de distribuição por campus é de acordo com a tabela abaixo:

QUANTITATIVO DISTRIBUIDO POR UNIDADE

Item	Descrição	Unidade	Campus I - BH	Campus II - BH	Campus III - Leopoldina	Campus IV - Araxá	Campus V - Divinópolis	Campus VI - BH	Campus VII - Timóteo	Campus VIII - Varginha	Campus IX - Nepomuceno	Campus X - Curvelo	Campus XI - Contagem
1	ARGAMASSA COLANTE ACI	SC	295	50	10	50	5	50	10	5	10	100	5
2	ARGAMASSA COLANTE TIPO ACII,	SC	395	50	10	10	5	10	100	0	5	200	5
3	ARGAMASSA COLANTE TIPO ACIII	SC	200	50	10	10	5	0	100	10	5	0	10
4	PISO PORCELANATO 60X60; COR CLARA	M ²	1700	300	50	50	50	50	50	50	50	1000	50
5	PISO PORCELANATO 60X60; COR ESCURA;	M ²	110	100	10	0	0	0	0	0	0	0	0
6	PISO PORCELANATO 60X60;	M ²	400	300	50	50	0	0	0	0	0	0	0
7	PISO PORCELANATO 60X60; COR ESCURA	M ²	510	500	10	0	0	0	0	0	0	0	0
8	PISO CERAMICO	M ²	300	0	0	100	0	200	0	0	0	0	0

	50x50;COR CLARA.												
9	PISO CERAMICO 50x50;COR ESCURA;	M²	720	0	0	100	0	50	200	50	10	300	0
10	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PISO VINÍLICO EM MANTA	M²	2600	200	400	0	0	0	2000	0	0	0	0
11	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PISO VINÍLICO EM MANTA	M²	610	200	400	0	0	10	0	0	0	0	0
12	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PISO VINÍLICO EM REGUA	M²	640	150	50	50	50	50	50	80	50	60	50
13	MASSA PRONTA PARA ASSENTAMENTOS	sc	420	150	30	30	30	30	30	30	30	30	30
14	REJUNTE ACRILICO	pacote	70	20	5	5	5	10	5	5	5	5	5
15	ESPAÇADOR PARA ASSENTAMENTO DE PISOS	pacote	60	10	5	5	5	10	5	5	5	5	5

1.2 No âmbito da competitividade, a aglutinação gera um maior volume de compras tornando o certame mais atrativo aos participantes, possibilitando assim a diluição dos custos envolvidos e conseqüentemente a redução dos valores ofertados.

1.3 Portanto, em acordo com o disposto no Art. 8º do **Decreto nº 8.538 de 06 de outubro de 2015**, não haverá reserva de cota para ME-EPP, pois considera-se “não vantajosa a contratação” quando:

“II - a natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação do benefício (Decreto nº 8.538, de 2015, art. 10, parágrafo único).”

1.5 O prazo de vigência da contratação é de doze meses contados da homologação do pregão eletrônico prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93

2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Os itens em questão serão utilizados em obras, reformas e nos serviços de manutenção corriqueiros e emergenciais na estrutura física das unidades do CEFET-MG.

2.2 O fornecimento dos materiais descritos no objeto visa atender a substituição em setores da instituição como escadas, corredores, salas de aula e salas administrativas que vierem a sofrer desgastes devido ao tempo e passagem constantes de pessoas por tais locais.

2.3 Os quantitativos apresentados na tabela do subitem 1.1 deste instrumento, para cada tipo de argamassa, pisos e demais itens, foram calculados com base nos quantitativos apresentados por cada unidade do CEFET-MG no processo de levantamento das necessidades de compra para 2021.

2.4 A compra deverá ser realizada na modalidade de REGISTRO DE PREÇOS, pois, embora estimados em quantidade compatível com a demanda dos serviços, pode haver oscilação, seja por fatores naturais de desempenho ou por ampliação de áreas não previstas. Além disto, visto que esse volume de materiais demanda uma grande área de armazenamento, a aquisição de todo o montante de uma só vez é inviável e torna-se mais prudente a aquisição por meio de REGISTRO DE PREÇOS, com envios de remessas regulares em quantidades compatíveis com os serviços demandados e de acordo com a conveniência de realizar a atividade de manutenção. Portanto, de acordo com o Art. 3º do Decreto nº 7.892, 23 de janeiro de 2013, a presente licitação se enquadra no indicado pelos termos:

"I - Quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes; e

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração."

3 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS E SUSTENTABILIDADE

3.1 Os objetos do presente Termo de Referência se classificam como bens comuns de acordo com o art. 1º, da **Lei 10.520, de 2002**, pois os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

3.2 Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

4 ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO SERVIÇO E OBJETO.

4.1 O prazo de entrega dos bens e/ou serviços completamente finalizados e de **30 (trinta)** dias, contados a partir da solicitação do(a) responsável pelo acompanhamento do contrato, logo após a emissão da ordem de serviço, nos seguintes endereços:

UNIDADE	ENDEREÇOS PARA ENTREGA
CAMPUS I	Av. Amazonas, 5253, Bairro Nova Suíça, Belo Horizonte, MG. CEP: 30.421-169 Servidor responsável pelo recebimento: Sr. Fernando Bernardes Gontijo Junior
CAMPUS II	Av. Amazonas, 7675, Bairro Nova Gameleira, Belo Horizonte, MG. Servidor responsável pelo recebimento: Sr. Itamar Herculano Gonçalves
CAMPUS III	Rua José Peres, 558 – Centro – Leopoldina – MG. CEP: 36.700-000 Servidor responsável pelo recebimento: Sr. Guilherme Nogueira Tavares
CAMPUS IV	Av. Ministro Olavo Drumond, 25 – Bairro Amazonas – Araxá – MG. CEP: 38.180-510 Servidores responsáveis pelo recebimento: Sr. Carlos Antônio Silva
CAMPUS V	Rua Alvares de Azevedo, 400 Bairro Bela Vista, Divinópolis, MG. CEP: 35.503-822 Servidores responsáveis pelo recebimento: Sr. Matheus Teixeira
CAMPUS VI	Av. Amazonas, 5855 – Bairro Gameleira – Belo Horizonte – MG. CEP: 30.510-000 Servidores responsáveis pelo recebimento: Sra. Maria Vitalina Borges de Carvalho.
CAMPUS VII	Rua Dezenove de Novembro, 121 – Bairro Centro Norte – Timóteo – MG. CEP: 35.180-008 Servidor responsável pelo recebimento: Sr. Talles Quintão Pessoa
CAMPUS VIII	Av. Imigrantes, 1000 – Bairro Vargem – Varginha - MG. CEP: 37.010-590 Servidor responsável pelo recebimento: Sr. Roger Lourenço Fernandes
CAMPUS IX	Av. Monsenhor Luiz de Gonzaga, 103 Centro – Nepomuceno – MG. CEP: 37.250-000 Servidor responsável pelo recebimento: Sr. Júlio Cesar Paiva
CAMPUS X	Rua Santa Rita 900 - Santa Rita - Curvelo - MG - CEP: 35.790-000 Servidor responsável pelo recebimento: Sra. Edilene Soares de Souza
CAMPUS XI	Alameda das Perdizes, 61 - Bairro Cabral/Contagem /MG – CEP: 32.146-054 Servidor responsável pelo recebimento: Sr. Pedro Oliveira

4.2 O horário para recebimento dos materiais é de segunda a sexta-feira em **dias úteis** no horário de 8:00 as 14:00 horas.

4.2.1 A contratada deverá informar ao CEFET-MG, no prazo mínimo de 2(**dois**) dias úteis de antecedência, a data efetiva para a entrega do material, para efeitos de programação do recebimento.

4.3 Os bens e serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de **3 (três)** dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.4 Os bens ou serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **5(cinco)** dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.4.1 Caso o prazo do subitem anterior não seja cumprido no prazo de 30(trinta) dias corridos, o(a) responsável pelo recebimento irá descartar os materiais entregues ou instalados erroneamente da maneira que julgar adequada e desconsiderar a(s) Nota(s) Fiscal(is), além de aplicar as sanções administrativas previstas.

4.5 Os bens e serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **3(três)** dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.5.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 São obrigações da Contratante:

5.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

5.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1 efetuar a entrega e/ou a instalação do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca e modelo.

6.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6 indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

6.2. Em relação aos serviços contratados:

6.2.1. A empresa contratada para a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência deverá possuir aporte técnico que proporcione reais garantias dos serviços executados, utilizando materiais, equipamentos, ferramentas e mão-de-obra de boa qualidade.

6.2.2. Todos os serviços deverão ser executados de acordo com as especificações para serviços dessa natureza, obedecendo às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas– ABNT.

6.2.3. A empresa contratada deverá prestar, durante a execução dos serviços, toda assistência técnico-administrativa, mantendo no local dos serviços todo equipamento de segurança e materiais necessários a uma execução perfeita dos serviços, desenvolvida com segurança, qualidade e dentro dos prazos estabelecidos.

6.2.4. Todos os materiais, equipamentos, utensílios, EPI's e métodos executivos deverão seguir as recomendações, práticas usuais e as peculiaridades pertinentes, mesmo que não estejam explicitamente citadas.

6.2.5. A Contratada deverá verificar todas as medidas no local da obra, antes do início dos serviços, e qualquer divergência encontrada deverá ser comunicada, por escrito, ao Contratante, que se pronunciará também por escrito, para que sejam tomadas as providências necessárias.

6.2.6. A Contratada deverá dispor de todos os equipamentos e sistemas de proteção individual e coletiva em todas as frentes de trabalho, de modo a atender plenamente às necessidades dos serviços e à legislação em vigor.

6.2.7. A empresa contratada assumirá integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, de acordo com estas especificações, demais documentos técnicos fornecidos, bem como, pelos danos decorrentes da realização dos referidos trabalhos.

6.2.8. Para efeito da interpretação de divergências entre os documentos contratuais, fica estabelecido que:

a) em caso de divergência entre as especificações e o praticado pela rotina, predominará o primeiro;

b) em caso de divergência entre as especificações e as recomendações dos fabricantes dos produtos, prevalecerão os segundos;

c) em caso de divergência entre as quantidades, dimensões e qualidades, a FISCALIZAÇÃO, sob consulta prévia, definirá o procedimento correto;

d) em caso de dúvidas quanto à interpretação dos desenhos e das especificações, será consultada a FISCALIZAÇÃO.

7 DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8 DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9 DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1 O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10 AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS E ENVIO DAS AMOSTRAS

10.1 Poderá ser solicitado pela equipe técnica a apresentação de amostra e/ou catálogo técnico com as descrições dos objetos ofertados, dentro do prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados a partir da comunicação. A não apresentação dentro do prazo estabelecido incorrerá em desclassificação do proponente;

10.1.1 As amostras e/ou catálogos serão analisados dentro das especificações solicitadas, inclusive com as exigências da ABNT, bem como se atendem com eficácia ao fim a que se destinam e serão exigidas apenas do licitante melhor classificado.

10.1.2 As amostras colocadas à disposição da Administração serão tratadas como protótipos, podendo ser manuseadas e desmontadas pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

10.1.3 A amostra que apresentar problema de funcionamento durante a referida análise terá o item imediatamente desclassificado, mesmo que possua todas as especificações exigidas no Edital;

10.1.4 A amostra deverá ser enviada juntamente com a embalagem original do produto, a fim de que possamos aferir com precisão a especificação do objeto e sua análise se dará da seguinte forma:

- a) Comparativo das especificações técnicas da amostra apresentada com as especificações técnicas do modelo de referência, todas aferidas em sítios eletrônicos da Internet.
- b) Análise comparativa da amostra apresentada com o modelo de referência e,
- c) Utilização da amostra pela equipe de manutenção para aferir sua resistência e/ou funcionamento de acordo com o comparativo com o modelo de referência.

10.1.5 A amostra que obtiver aprovação e for a vencedora do item permanecerá no CEFET-MG até que seja efetivada a entrega do bem pelo licitante, a fim de ser com esta comparada;

10.1.6 A empresa que não apresentar a amostra conforme solicitação pela Administração, terá como penalidade a sua desclassificação no certame.

10.2 Deverá ser apresentado, em conjunto com a proposta, atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) a efetiva prestação de serviços, pela contratada. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão possuir as seguintes características mínimas:

10.2.1 o atestado deverá conter razão social, CNPJ e endereço da pessoa jurídica que o emitiu, bem como nome, qualificação e assinatura do seu representante legal, além da descrição circunstanciada dos serviços realizados;

10.2.2. somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

10.2.3 a empresa deverá ser especializada no ramo de cortinas e persianas, oficial e legalmente estabelecida, em conformidade com a legislação em vigor.

10.2.4 A Administração se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre o serviço prestado e cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

10.2.5 A amostra deverá ser enviada para o seguinte endereço: CEFET/MG – Avenida Amazonas, 5.253 – bairro Nova Suíça – Belo Horizonte/MG, CEP 30421-169 Belo Horizonte/MG – Setor da Prefeitura – servidor responsável pelo recebimento: Fernando Bernardes Junior

10.2.6 Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 05 (cinco) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

11 DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta)** dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.1.5 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.5 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de

alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.5 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) = \frac{I \left(\frac{6}{100} \right)}{365} \quad \begin{array}{l} I = 0,00016438 \\ TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\% \end{array}$$

12 DO REAJUSTE

12.1 Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.3 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.4 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

13 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.1.1 Não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

13.1.4 comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5 cometer fraude fiscal;

13.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.2.1 Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.2.2 multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15(quinze) dias;

13.2.3 multa compensatória de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.4 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.5 suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.6 impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

13.2.6.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.

13.2.7 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a

reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3 As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.4 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

13.4.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.4.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.4.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.6 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

13.6.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.9 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

13.10 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.11 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.12 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14 ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

14.1 O custo estimado da contratação é de **R\$ 1.617.340,00** (um milhão e seiscentos e dezessete mil e trezentos e quarenta reais).



Emitido em 24/11/2022

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 588/2022 - DIMAN (11.54.02.02)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 24/11/2022 12:15)

DJALMA DE JESUS OLIVEIRA

CONTADOR

DIMAN (11.54.02.02)

Matrícula: ###583#3

Visualize o documento original em <https://sig.cefetmg.br/documentos/> informando seu número: **588**, ano: **2022**, tipo: **TERMO DE REFERÊNCIA**, data de emissão: **24/11/2022** e o código de verificação: **93726d98c5**

Estudo Técnico Preliminar

1. Informações Básicas

Número do processo: 23062.041601/2022-

2. Descrição da necessidade

Devido ao grande número de ambientes administrativos e escolares nas Unidades do CEFET-MG, faz-se necessária a contratação de empresa para o fornecimento de argamassa, piso porcelanato, revestimento de parede interno, piso cerâmico e piso vinílico, que serão utilizados em obras, reformas e nos serviços de manutenção corriqueiros e emergenciais na estrutura física destas unidades.

O fornecimento destes materiais visa atender a substituição em setores da instituição como escadas, corredores, salas de aula e salas administrativas que vierem a sofrer desgastes devido ao tempo e passagem constantes de pessoas por tais locais.

Os quantitativos apresentados na tabela do subitem 1.1 do termo de referência, para cada tipo de argamassa, pisos e demais itens, foram calculados com base nos quantitativos apresentados por cada unidade do CEFET-MG no processo de levantamento das necessidades de compra para 2021.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
PREFEITURA	FERNANDO GONTIJO BERNARDES JUNIOR

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A compra deverá ser realizada na modalidade de REGISTRO DE PREÇOS, pois, embora estimados em quantidade compatível com a demanda dos serviços, pode haver oscilação, seja por fatores naturais de desempenho ou por ampliação de áreas não previstas. Além disto, visto que esse volume de materiais demanda uma grande área de armazenamento, a aquisição de todo o montante de uma só vez é inviável e torna-se mais prudente a aquisição por meio de REGISTRO DE PREÇOS, com envios de remessas regulares em quantidades compatíveis com os serviços demandados.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento dos preços no mercado foi realizado utilizando o software de inteligência artificial Banco de Preços, cuja metodologia esta abaixo descrita: Relatório de Cotação: Registro de preços para aquisição de pisos, argamassas e outros. Pesquisa realizada entre 16/08/2022 a 18/08/2022 , em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021. Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos- Preço

calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item. Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021, no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado

6. Descrição da solução como um todo

1. Os itens em questão serão utilizados em obras, reformas e nos serviços de manutenção corriqueiros e emergenciais na estrutura física das unidades do CEFET-MG.
2. O fornecimento dos materiais descritos no objeto visa atender a substituição em setores da instituição como escadas, corredores, salas de aula e salas administrativas que vierem a sofrer desgastes devido ao tempo e passagem constantes de pessoas por tais locais.
3. A compra deverá ser realizada na modalidade de REGISTRO DE PREÇOS, pois, embora estimados em quantidade compatível com a demanda dos serviços, pode haver oscilação, seja por fatores naturais de desempenho ou por ampliação de áreas não previstas. Além disto, visto que esse volume de materiais demanda uma grande área de armazenamento, a aquisição de todo o montante de uma só vez é inviável e torna-se mais prudente a aquisição por meio de REGISTRO DE PREÇOS, com envios de remessas regulares em quantidades compatíveis com os serviços demandados e de acordo com a conveniência de realizar a atividade de manutenção. Portanto, de acordo com o Art. 3º do Decreto nº 7.892, 23 de janeiro de 2013, a presente licitação se enquadra no indicado pelos termos:

"I - Quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes; e

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração."

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ITEM		CATMAT CATSER	UNID.	QUANT.
1	ARGAMASSA COLANTE TIPO ACI, COMPOSTA DE CIMENTO PORTLAND, AGREGADOS DE GRANULAMETRIA CONTROLADA E ADITIVOS QUÍMICOS, DE ACORDO COM A NBR 14081/2004, SACO COM 20 KG, PADRÃO VOTORANTIN LINHA VOTOMASSA ACI OU SIMILAR E VALIDADE SUPERIOR À 3/4 DA INDICADA NA EMBALAGEM.	315169	SC	590

2	ARGAMASSA COLANTE TIPO ACII, COMPOSTA DE CIMENTO PORTLAND, AGREGADOS DE GRANULAMETRIA CONTROLADA E ADITIVOS QUÍMICOS, DE ACORDO COM A NBR 14081/2004, SACO COM 20 KG, PADRÃO VOTORANTIN LINHA VOTOMASSA ACII OU SIMILAR E VALIDADE SUPERIOR À 3/4 DA INDICADA NA EMBALAGEM.	351172	SC	790
3	ARGAMASSA COLANTE TIPO ACIII, COMPOSTA DE CIMENTO PORTLAND, AGREGADOS DE GRANULAMETRIA CONTROLADA E ADITIVOS QUÍMICOS, DE ACORDO COM A NBR 14081/2004, SACO COM 20 KG, PADRÃO VOTORANTIN LINHA VOTOMASSA ACIII OU SIMILAR E VALIDADE SUPERIOR À 3/4 DA INDICADA NA EMBALAGEM.	315173	SC	400
4	P I S O PORCELANATO 60X60; COR CLARA; ESPESSURA MINIMA DE 9 MM; CAT.A;COM ABSORÇÃO DE AGUA COM ATE 0,5%;ACETINADO; RETIFICADO POLIDO; SUPERFICIE LISO; SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR AO	448626	M²	3400

	PADRAO PORTO BELLO - GEA WHITE.			
5	P I S O PORCELANATO 60X60; COR CLARA; ESPESSURA MINIMA DE 9 MM; CAT.A;COM ABSORÇÃO DE AGUA COM ATE 0,5%;ACETINADO; RETIFICADO POLIDO; SUPERFICIE DECORADA; SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR AO PADRAO PORTO BELLO - PRECIOUS	448626	M²	220
6	REVESTIMENTO PAREDE INTERNO 30x60; COR CLARA; ESPESSURA 10MM; RETIFICADO ACETINADO COM ACABAMENTO LISO;SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR AO PADRAO PORTO BELLO - GLACIER.	150638	M²	800
7	PISO CERAMICO 50x50;COR ESCURA;CLASSE A; PEI 5- ALTO TRAFEGO; APLICAÇÃO EXTERNA E INTERNA; ESPESSURA MINIMA DE 6,5 MM;SUPERFIFIE ESMALTADA COM ACABAMENTO LISO.	441352	M²	1020
8	PISO CERAMICO 50x50;COR CLARA; CLASSE A;PEI 5- ALTO TRAFEGO; APLICAÇÃO EXTERNA E INTERNA; ESPESSURA MINIMA DE 6,5 MM;SUPERFIFIE GLANILHA COM ACABAMENTO ANTI-DERRAPANTE.	444384	M²	600

9	PISO CERAMICO 50x50;COR ESCURA;CLASSE A; PEI 5- ALTO TRAFEGO; APLICAÇÃO EXTERNA E INTERNA; ESPESSURA MINIMA DE 6,5 MM;SUPERFIFIE GLANILHA COM ACABAMENTO ANTI-DERRAPANTE.	444384	M²	1430
10	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PISO VINÍLICO EM MANTA, LINHA COMERCIAL COM, NO MÍNIMO, 2 MM DE ESPESSURA, COR A ESCOLHER (SENDO QUE SERÁ UMA COR CLARA); SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR A TARKETT, LINHA IQ MEGALIT.	393003	M²	5200
11	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PISO VINÍLICO EM MANTA, LINHA COMERCIAL COM, NO MÍNIMO, 2 MM DE ESPESSURA, COR A ESCOLHER (SENDO QUE SERÁ UMA COR CLARA); SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR A TARKETT, LINHA IQ OPTIMA.	393003	M²	1220
12	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PISO VINÍLICO EM REGUA COM, NO MÍNIMO 18,4 X 0,95 CM, LINHA COMERCIAL COM, NO MÍNIMO, 2 MM DE ESPESSURA, COR A ESCOLHER (SENDO QUE SERÁ UMA COR CLARA); SIMILAR OU DE QUALIDADE	393003	M²	1280

	SUPERIOR A TARKETT, LINHA AMBIENTA SERIES.			
13	<p>MASSA PRONTA PARA ASSENTAMENTOS DE BLOCOS DE CONCRETO, CERÂMICOS E / O U REVESTIMENTOS DE PAREDE EM AMBIENTE INTERNO E EXTERNO, TONALIDADE CINZA, SIMILAR O U D E QUALIDADE SUPERIOR A VOTOMASSA DA VOTORANTIN CIMENTOS.</p>	483305	SC	840
14	<p>REJUNTE ACRILICO PARA USO EM PISOS E PAREDES; POSSUIR TECNOLOGIA ANTIMOFO; SER RECOMENDADO PARA ÁREAS MOLHADAS, SER INDICADO PARA SOBREPOSIÇÃO DE REJUNTE ANTIGO, CIMENTÍCIO, ACRÍLICO, EPOX, DENTRE OUTROS, VIR ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 1KG; SIMILAR O U D E QUALIDADE SUPERIOR A MARCA PORTOCOLL; CORES A ESCOLHER</p>	466764	kg	140
				120

15	343113	Pacote	ITEM		
			1	ARGAMASSA COLANTE TIPO ACI, COMPOSTA PORTLAND, AGREGADOS DE GRANULOMETRIA C ADITIVOS QUÍMICOS, DE ACORDO COM A NBR 140 COM 20 KG, PADRÃO VOTORANTIN LINHA VOTOI SIMILAR E VALIDADE SUPERIOR À 3/4 DA INDICADA N	
			2	ARGAMASSA COLANTE TIPO ACII, COMPOSTA PORTLAND, AGREGADOS DE GRANULOMETRIA C ADITIVOS QUÍMICOS, DE ACORDO COM A NBR 140 COM 20 KG, PADRÃO VOTORANTIN LINHA VOTOM SIMILAR E VALIDADE SUPERIOR À 3/4 DA INDICADA N	
			3	ARGAMASSA COLANTE TIPO ACIII, COMPOSTA PORTLAND, AGREGADOS DE GRANULOMETRIA C ADITIVOS QUÍMICOS, DE ACORDO COM A NBR 140 COM 20 KG, PADRÃO VOTORANTIN LINHA VOTOM SIMILAR E VALIDADE SUPERIOR À 3/4 DA INDICADA N	
			4	PISO PORCELANATO 60X60; COR CLARA; ESPESSUR MM; CAT.A;COM ABSORÇÃO DE AGUA 0,5%;ACETINADO;RETIFICADO POLIDO; SUPERFICIE OU DE QUALIDADE SUPERIOR AO PADRAO PORTC WHITE.	
			5	PISO PORCELANATO 60X60; COR CLARA; ESPESSUR MM; CAT.A;COM ABSORÇÃO DE AGUA 0,5%;ACETINADO;RETIFICADO POLIDO; DECORADA;SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIO PORTO BELLO - PRECIOUS	
			6	REVESTIMENTO PAREDE INTERNO 30x60; COR CLAI 10MM;RETIFICADO ACETINADO COM ACABAMENTO L DE QUALIDADE SUPERIOR AO PADRAO PORTO BELLO	
			7	PISO CERAMICO 50x50;COR ESCURA;CLASSE A / TRAFEGO;APLICAÇÃO EXTERNA E INTERNA;ESPESS 6,5 MM;SUPERFIFIE ESMALTADA COM ACABAMENTO L	
			8	PISO CERAMICO 50x50;COR CLARA;CLASSE A TRAFEGO;APLICAÇÃO EXTERNA E INTERNA;ESPESS 6,5 MM;SUPERFIFIE GLANILHA COM ACABA DERRAPANTE.	
			9	PISO CERAMICO 50x50;COR ESCURA;CLASSE A TRAFEGO;APLICAÇÃO EXTERNA E INTERNA;ESPESS 6,5 MM;SUPERFIFIE GLANILHA COM ACABA DERRAPANTE.	
			10	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PISO VINÍLICO EI COMERCIAL COM, NO MÍNIMO, 2 MM DE ESPESS ESCOLHER (SENDO QUE SERÁ UMA COR CLARA); QUALIDADE SUPERIOR A TARKETT, LINHA IQ MEGALIT	
			11	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PISO VINÍLICO EI COMERCIAL COM, NO MÍNIMO, 2 MM DE ESPESS ESCOLHER (SENDO QUE SERÁ UMA COR CLARA); QUALIDADE SUPERIOR A TARKETT, LINHA IQ OPTIMA.	
12	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PISO VINÍLICO EI NO MÍNIMO 18,4 X 0,95 CM, LINHA COMERCIAL COM, N DE ESPESSURA, COR A ESCOLHER (SENDO QUE S				

ESPAÇADOR P A R A ASSENTAMENTO DE PISOS, REVESTIMENTOS CERÂMICOS E OUTROS; TIPO C R U Z ; FABRICADO EM PLASTICO DE ALTA QUALIDADE; SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR A MARCA CORTAG JUNTAPISO; EMBALAGEM COM 100 UNIDADES; TAMANHOS A ESCOLHER.			CLARA); SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR A T/ AMBIENTA SERIES.
	13		MASSA PRONTA PARA ASSENTAMENTOS DE CONCRETO, CERÂMICOS E/OU REVESTIMENTOS (AMBIENTE INTERNO E EXTERNO, TONALIDADE CIN; DE QUALIDADE SUPERIOR A VOTOMASSA DA CIMENTOS.
	14		REJUNTE ACRILICO PARA USO EM PISOS E PARETECNOLOGIA ANTIMOFO; SER RECOMENDADO MOLHADAS, SER INDICADO PARA SOBREPOSIÇÃO ANTIGO, CIMENTÍCIO, ACRÍLICO, EPOX, DENTRE ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 1KG; SII QUALIDADE SUPERIOR A MARCA PORTOCOLL; CORE
	15		ESPAÇADOR PARA ASSENTAMENTO DE PISOS, R CERÂMICOS E OUTROS; TIPO CRUZ; FABRICADO EI ALTA QUALIDADE; SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPE CORTAG JUNTAPISO; EMBALAGEM COM 100 UNIDAC A ESCOLHER.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.617.340,00

O valor da licitação é de R\$ 1.617.340,00 (um milhão e seiscentos e dezessete mil e trezentos e quarenta reais)

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O fornecimento dos materiais descritos no objeto visa atender as demandas previstas em decorrência de adequações, reformas e /ou novas instalações que venham a ocorrer para as melhorias de ambientes, tais como as alterações de layout das salas e as substituições de materiais existentes que se danificam ao longo do tempo e que não sejam possíveis de ser reparados, assim há que se manter a uniformidade dos ambientes, não parcelando a solução

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas para este item neste exercício financeiro no CEFET/MG

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A compra deverá ser realizada na modalidade de REGISTRO DE PREÇOS, pois, embora estimados em quantidade compatível com a demanda dos serviços, pode haver oscilação, seja por fatores naturais de desempenho ou por ampliação de áreas não previstas. Além disto, visto que esse volume de materiais demanda uma grande área de armazenamento, a aquisição de todo o montante de uma só vez é inviável e torna-se mais prudente a aquisição por meio de REGISTRO DE PREÇOS, com envios de remessas regulares em quantidades compatíveis com os serviços demandados e de acordo com a conveniência de realizar a atividade de manutenção.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os benefícios esperados com esta contratação é a redução dos custos com transportes, estoques e a consequente redução dos preços dos materiais no Pregão Eletrônico, pois uma vez que a compra será realizada na modalidade de Registro de Preços, o CEFET/MG somente solicitará os pisos, argamassas e outros no em que serão utilizadas, adotando a logística do "JUST IN TIME" ou seja, os materiais são entregues no momento da utilização.

13. Providências a serem Adotadas

Por se tratar de itens corriqueiramente comprados pelo CEFET/MG, não que de adotar providencias específicas para esta contratação, sendo que os servidores responsáveis já são capacitados para o acompanhamento das argamassas pisos e correlatos.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Para os itens relacionados no item 7 deste ETP, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada na Instrução Normativa nº 06, de 24 /03/2014, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Por se tratar de itens corriqueiramente comprados pelo CEFET/MG, sendo que todas as questões relativas a compra foram atendidas.

16. Responsáveis

FERNANDO GONTIJO BERNARDES JUNIOR

Engenheiro Eletricista

DJALMA DE JESUS OLIVEIRA

Contador

VAGNER ALVES DE ALMEIDA

Engenheiro



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

ANEXO II

MINUTA - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º XXX/2022

O **CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA – CEFET/MG**, com sede Av. Amazonas, nº 5253, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 17.220.203/0001-96, neste ato representado pelo Diretor-Geral **Prof. Flávio Antônio dos Santos**, nomeado pela Portaria nº 1.735, de 11 de outubro de 2019, publicada no DOU de 15 de outubro de 2019, portador da matrícula funcional nº [REDACTED], considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS** nº 72/2022, publicada no de/...../200....., processo administrativo n.º 23062.041601/2022-67, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **FORNECIMENTO DE ARGAMASSA, PISO PORCELANATO, REVESTIMENTO DE PAREDE INTERNO, PISO CERÂMICO E PISO VINÍLICO E OUTROS**, especificados nos itens 1.1 do Termo de Referência, Anexo I do Edital de Pregão nº 72/2022, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

EMPRESA: CNPJ: ENDEREÇO: TELEFONE: EMAIL:						
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNID.	QTDE	VALOR	VALOR TOTAL
1	ARGAMASSA COLANTE TIPO ACI, COMPOSTA DE CIMENTO PORTLAND, AGREGADOS DE GRANULOMETRIA CONTROLADA E ADITIVOS QUÍMICOS, DE ACORDO COM A NBR 14081/2004, SACO COM 20 KG, PADRÃO VOTORANTIN LINHA VOTOMASSA ACI OU SIMILAR E VALIDADE SUPERIOR À 3/4 DA INDICADA NA EMBALAGEM..	315169	SC	590	R\$ XXX	R\$ XXX



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

2	ARGAMASSA COLANTE TIPO ACII, COMPOSTA DE CIMENTO PORTLAND, AGREGADOS DE GRANULAMETRIA CONTROLADA E ADITIVOS QUÍMICOS, DE ACORDO COM A NBR 14081/2004, SACO COM 20 KG, PADRÃO VOTORANTIN LINHA VOTOMASSA ACII OU SIMILAR E VALIDADE SUPERIOR À 3/4 DA INDICADA NA EMBALAGEM.	351172	SC	790	R\$ XXX	R\$ XXX
3	ARGAMASSA COLANTE TIPO ACIII, COMPOSTA DE CIMENTO PORTLAND, AGREGADOS DE GRANULAMETRIA CONTROLADA E ADITIVOS QUÍMICOS, DE ACORDO COM A NBR 14081/2004, SACO COM 20 KG, PADRÃO VOTORANTIN LINHA VOTOMASSA ACIII OU SIMILAR E VALIDADE SUPERIOR À 3/4 DA INDICADA NA EMBALAGEM.	315173	SC	400	R\$ XXX	R\$ XXX
4	PISO PORCELANATO 60X60; COR CLARA; ESPESSURA MINIMA DE 9 MM; CAT.A;COM ABSORÇÃO DE AGUA COM ATE 0,5%;ACETINADO; RETIFICADO POLIDO; SUPERFICIE LISO;SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR AO PADRAO PORTO BELLO - GEA WHITE.	448626	M²	3400	R\$ XXX	R\$ XXX
5	PISO PORCELANATO 60X60; COR CLARA; ESPESSURA MINIMA DE 9 MM; CAT.A;COM ABSORÇÃO DE AGUA COM ATE 0,5%;ACETINADO; RETIFICADO POLIDO; SUPERFICIE DECORADA;SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR AO PADRAO PORTO BELLO - PRECIOUS.	448626	M²	220	R\$ XXX	R\$ XXX
6	REVESTIMENTO PAREDE INTERNO 30x60; COR CLARA;ESPESSURA 10MM;RETIFICADO ACETINADO COM ACABAMENTO LISO;SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR AO PADRAO PORTO BELLO - GLACIER.	150638	M²	800	R\$ XXX	R\$ XXX
7	PISO CERAMICO 50x50;COR ESCURA; CLASSE A;PEI 5- ALTO TRAFEGO; APLICAÇÃO EXTERNA E INTERNA; ESPESSURA MINIMA DE 6,5 MM;SUPERFIE ESMALTADA COM ACABAMENTO LISO..	441352	M²	1020	R\$ XXX	R\$ XXX
8	PISO CERAMICO 50x50;COR CLARA;CLASSE A;PEI 5- ALTO TRAFEGO; APLICAÇÃO EXTERNA E INTERNA; ESPESSURA MINIMA DE 6,5 MM;SUPERFIE GLANILHA COM ACABAMENTO ANTI-DERRAPANTE.	444384	M²	600	R\$ XXX	R\$ XXX
9	PISO CERAMICO 50x50;COR ESCURA; CLASSE A;PEI 5- ALTO TRAFEGO; APLICAÇÃO EXTERNA E INTERNA; ESPESSURA MINIMA DE 6,5 MM;SUPERFIE GLANILHA COM ACABAMENTO ANTI-DERRAPANTE.	444384	M²	1430	R\$ XXX	R\$ XXX
10	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PISO VINÍLICO EM MANTA, LINHA COMERCIAL COM, NO MÍNIMO, 2 MM DE ESPESSURA, COR A ESCOLHER (SENDO QUE SERÁ UMA COR CLARA); SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR A TARKETT, LINHA IQ MEGALIT	393003	M²	5200	R\$ XXX	R\$ XXX
11	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PISO VINÍLICO EM MANTA, LINHA COMERCIAL COM, NO MÍNIMO, 2 MM DE ESPESSURA, COR A ESCOLHER (SENDO QUE SERÁ UMA COR	393003	M²	1220	R\$ XXX	R\$ XXX



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

	CLARA); SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR A TARKETT, LINHA IQ OPTIMA					
12	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PISO VINÍLICO EM REGUA COM, NO MÍNIMO 18,4 X 0,95 CM, LINHA COMERCIAL COM, NO MÍNIMO, 2 MM DE ESPESSURA, COR A ESCOLHER (SENDO QUE SERÁ UMA COR CLARA); SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR A TARKETT, LINHA AMBIENTA SERIES	393003	M²	1280	R\$ XXX	R\$ XXX
13	MASSA PRONTA PARA ASSENTAMENTOS DE BLOCOS DE CONCRETO, CERÂMICOS E/OU REVESTIMENTOS DE PAREDE EM AMBIENTE INTERNO E EXTERNO, TONALIDADE CINZA, SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR A VOTOMASSA DA VOTORANTIN CIMENTOS	483305	SC	840	R\$ XXX	R\$ XXX
14	REJUNTE ACRILICO PARA USO EM PISOS E PAREDES; POSSUIR TECNOLOGIA ANTIMOFO; SER RECOMENDADO PARA ÁREAS MOLHADAS, SER INDICADO PARA SOBREPOSIÇÃO DE REJUNTE ANTIGO, CIMENTÍCIO, ACRÍLICO, EPOX, DENTRE OUTROS, VIR ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 1KG; SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR A MARCA PORTOCOLL; CORES A ESCOLHER	466764	KG	140	R\$ XXX	R\$ XXX
15	ESPAÇADOR PARA ASSENTAMENTO DE PISOS, REVESTIMENTOS CERÂMICOS E OUTROS; TIPO CRUZ; FABRICADO EM PLASTICO DE ALTA QUALIDADE; SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR A MARCA CORTAG JUNTAPISO; EMBALAGEM COM 100 UNIDADES; TAMANHOS A ESCOLHER.	343113	PCTE	120	R\$ XXX	R\$ XXX
VALOR TOTAL					R\$ XXX	

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da assinatura, não podendo ser prorrogada.

5. REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1. por razão de interesse público; ou

5.9.2. a pedido do fornecedor.

6. DAS PENALIDADES

6.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

6.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

6.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

6.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

7. CONDIÇÕES GERAIS

7.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

7.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

7.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Belo Horizonte, de de 2022.

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



ANEXO III

MINUTA – CONTRATO DE COMPRA

N.º XXX/2022

EDITAL DE PREGÃO DE REGISTRO DE PREÇO Nº 72/2022
PROCESSO Nº: 23062.041601/2022-67
TIPO: MENOR PREÇO
VALIDADE: 12 (DOZE MESES)

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº/....., QUE
FAZEM ENTRE SI O CENTRO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA – CEFET/MG E A
EMPRESA

O CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA – CEFET/MG, com sede Av. Amazonas, nº 5253, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 17.220.203/0001-96, neste ato representado pelo Diretor-Geral **Prof. Flávio Antônio dos Santos**, nomeado pela Portaria nº 1.735, de 11 de outubro de 2019, publicada no DOU de 15 de outubro de 2019, portador da matrícula funcional nº [REDACTED] doravante denominada **CONTRATANTE**, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº 23062.041601/2022-67 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 72/2022, por Sistema de Registro de Preços, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é o **FORNECIMENTO DE ARGAMASSA, PISO PORCELANATO, REVESTIMENTO DE PAREDE INTERNO, PISO CERÂMICO E PISO VINÍLICO E OUTROS**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNID.	QTDE	VALOR	VALOR TOTAL
------	-----------	--------	-------	------	-------	-------------



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

1	ARGAMASSA COLANTE TIPO ACI, COMPOSTA DE CIMENTO PORTLAND, AGREGADOS DE GRANULAMETRIA CONTROLADA E ADITIVOS QUÍMICOS, DE ACORDO COM A NBR 14081/2004, SACO COM 20 KG, PADRÃO VOTORANTIN LINHA VOTOMASSA ACI OU SIMILAR E VALIDADE SUPERIOR À 3/4 DA INDICADA NA EMBALAGEM..	315169	SC	590	R\$ XXX	R\$ XXX
2	ARGAMASSA COLANTE TIPO ACII, COMPOSTA DE CIMENTO PORTLAND, AGREGADOS DE GRANULAMETRIA CONTROLADA E ADITIVOS QUÍMICOS, DE ACORDO COM A NBR 14081/2004, SACO COM 20 KG, PADRÃO VOTORANTIN LINHA VOTOMASSA ACII OU SIMILAR E VALIDADE SUPERIOR À 3/4 DA INDICADA NA EMBALAGEM.	351172	SC	790	R\$ XXX	R\$ XXX
3	ARGAMASSA COLANTE TIPO ACIII, COMPOSTA DE CIMENTO PORTLAND, AGREGADOS DE GRANULAMETRIA CONTROLADA E ADITIVOS QUÍMICOS, DE ACORDO COM A NBR 14081/2004, SACO COM 20 KG, PADRÃO VOTORANTIN LINHA VOTOMASSA ACIII OU SIMILAR E VALIDADE SUPERIOR À 3/4 DA INDICADA NA EMBALAGEM.	315173	SC	400	R\$ XXX	R\$ XXX
4	PISO PORCELANATO 60X60; COR CLARA; ESPESSURA MINIMA DE 9 MM; CAT.A;COM ABSORÇÃO DE AGUA COM ATE 0,5%;ACETINADO; RETIFICADO POLIDO; SUPERFICIE LISO;SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR AO PADRAO PORTO BELLO - GEA WHITE.	448626	M²	3400	R\$ XXX	R\$ XXX
5	PISO PORCELANATO 60X60; COR CLARA; ESPESSURA MINIMA DE 9 MM; CAT.A;COM ABSORÇÃO DE AGUA COM ATE 0,5%;ACETINADO; RETIFICADO POLIDO; SUPERFICIE DECORADA;SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR AO PADRAO PORTO BELLO - PRECIOUS.	448626	M²	220	R\$ XXX	R\$ XXX
6	REVESTIMENTO PAREDE INTERNO 30x60; COR CLARA;ESPESSURA 10MM;RETIFICADO ACETINADO COM ACABAMENTO LISO;SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR AO PADRAO PORTO BELLO - GLACIER.	150638	M²	800	R\$ XXX	R\$ XXX
7	PISO CERAMICO 50x50;COR ESCURA; CLASSE A;PEI 5- ALTO TRAFEGO; APLICAÇÃO EXTERNA E INTERNA; ESPESSURA MINIMA DE 6,5 MM;SUPERFICIE ESMALTADA COM ACABAMENTO LISO..	441352	M²	1020	R\$ XXX	R\$ XXX
8	PISO CERAMICO 50x50;COR CLARA;CLASSE A;PEI 5- ALTO TRAFEGO; APLICAÇÃO EXTERNA E INTERNA; ESPESSURA MINIMA DE 6,5 MM;SUPERFICIE GLANILHA COM ACABAMENTO ANTI-DERRAPANTE.	444384	M²	600	R\$ XXX	R\$ XXX
9	PISO CERAMICO 50x50;COR ESCURA; CLASSE A;PEI 5- ALTO TRAFEGO; APLICAÇÃO EXTERNA E INTERNA; ESPESSURA MINIMA DE 6,5 MM;SUPERFICIE GLANILHA COM ACABAMENTO ANTI-DERRAPANTE.	444384	M²	1430	R\$ XXX	R\$ XXX



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

10	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PISO VINÍLICO EM MANTA, LINHA COMERCIAL COM, NO MÍNIMO, 2 MM DE ESPESSURA, COR A ESCOLHER (SENDO QUE SERÁ UMA COR CLARA); SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR A TARKETT, LINHA IQ MEGALIT	393003	M ²	5200	R\$ XXX	R\$ XXX
11	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PISO VINÍLICO EM MANTA, LINHA COMERCIAL COM, NO MÍNIMO, 2 MM DE ESPESSURA, COR A ESCOLHER (SENDO QUE SERÁ UMA COR CLARA); SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR A TARKETT, LINHA IQ OPTIMA	393003	M ²	1220	R\$ XXX	R\$ XXX
12	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PISO VINÍLICO EM REGUA COM, NO MÍNIMO 18,4 X 0,95 CM, LINHA COMERCIAL COM, NO MÍNIMO, 2 MM DE ESPESSURA, COR A ESCOLHER (SENDO QUE SERÁ UMA COR CLARA); SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR A TARKETT, LINHA AMBIENTA SERIES	393003	M ²	1280	R\$ XXX	R\$ XXX
13	MASSA PRONTA PARA ASSENTAMENTOS DE BLOCOS DE CONCRETO, CERÂMICOS E/OU REVESTIMENTOS DE PAREDE EM AMBIENTE INTERNO E EXTERNO, TONALIDADE CINZA, SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR A VOTOMASSA DA VOTORANTIN CIMENTOS	483305	SC	840	R\$ XXX	R\$ XXX
14	REJUNTE ACRILICO PARA USO EM PISOS E PAREDES; POSSUIR TECNOLOGIA ANTIMOFO; SER RECOMENDADO PARA ÁREAS MOLHADAS, SER INDICADO PARA SOBREPOSIÇÃO DE REJUNTE ANTIGO, CIMENTÍCIO, ACRÍLICO, EPOX, DENTRE OUTROS, VIR ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 1KG; SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR A MARCA PORTOCOLL; CORES A ESCOLHER	466764	KG	140	R\$ XXX	R\$ XXX
15	ESPAÇADOR PARA ASSENTAMENTO DE PISOS, REVESTIMENTOS CERÂMICOS E OUTROS; TIPO CRUZ; FABRICADO EM PLASTICO DE ALTA QUALIDADE; SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR A MARCA CORTAG JUNTAPISO; EMBALAGEM COM 100 UNIDADES; TAMANHOS A ESCOLHER.	343113	PCTE	120	R\$ XXX	R\$ XXX
VALOR TOTAL					R\$ XXX	

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de assinatura e encerramento em **12 (doze) meses**, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:
Fonte:
Programa de Trabalho:
Elemento de Despesa:
PI:
NE:

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

9. CLAÚSULA NONA – FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela **CONTRATANTE**, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA** são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à **CONTRATADA** o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A **CONTRATADA** reconhece os direitos da **CONTRATANTE** em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

13.1. É vedado à **CONTRATADA** interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da **CONTRATANTE**, salvo nos casos previstos em lei.

13.2. É permitido à **CONTRATADA** caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

13.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

13.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da Justiça Federal de Minas Gerais para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Belo Horizonte, de..... de 2022.

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PREPOSTO

Processo n°: 23062.041601/2022-67

Contrato n°:/2022

Objeto: FORNECIMENTO DE ARGAMASSA, PISO PORCELANATO, REVESTIMENTO DE PAREDE INTERNO, PISO CERÂMICO E PISO VINÍLICO E OUTROS

Modalidade de Licitação: Pregão por Sistema de Registro de Preços nº 72/2022

Vimos, por meio desta, apresentar o Preposto para acompanhar a fiel execução do Termo de Contrato n°:/2022, nos termos do artigo 68 da Lei 8.666/93, conforme descrito no quadro abaixo:

Nome:	
CPF:	
Profissão:	
Cargo:	
E-mail:	
OBS.: O Representante Legal da empresa deverá indicar uma pessoa. O Representante Legal também poderá ser o preposto, devendo assim também preencher o quadro.	

Responsável legal da CONTRATADA

Belo Horizonte, de de 2022

A Administração se declara de acordo com o preposto acima indicado.

Assinatura do Fiscal _____

em ____/____/____.

Nome:

Siapa:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
PREGÃO ELETRÔNICO - MENOR PREÇO
EDITAL Nº XX/202X
(Processo Administrativo nº 23062.XXXXXXXXXXXXX)

ANEXO....

MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL
(EM PAPEL TIMBRADO COM DADOS DA EMPRESA, INCLUSIVE TELEFONE DE
CONTATO E ENDEREÇO ELETRÔNICO – CONTA DE E- MAIL).

Ao
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Referente: Edital Pregão Eletrônico Nº..../2022

Item	Descrição	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor Total (em R\$)
1	Descrição do item			
VALOR TOTAL DO GRUPO				

Apresentamos a V.Sª nossa proposta para fornecimento ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, pelo preço global de R\$_____ (por extenso), nos termos do Edital.

O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da licitação.

O prazo final de prestação do serviço proposto será o estabelecido no Edital e seus Anexos, contados da assinatura do Contrato.

Os dados bancários da empresa são: Banco_____; Agência_____; Conta_____.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte da prestação do fornecimento, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, materiais, impostos, seguro, taxas, embalagens, fretes, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Declaramos, ainda, que estamos cientes e de acordo que as intimações ou notificações decorrentes da contratação, caso necessário, serão formalizadas eletronicamente para o e-mail da empresa informado nesta proposta comercial.

Local e Data.

[Nome e Assinatura do Representante da Empresa Emitente]
Cargo / CPF / RG



MINUTA CONDIÇÕES GERAIS DA NOTA DE EMPENHO (ANEXO DA NOTA DE EMPENHO)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 23062.041601/2022-67
Pregão Eletrônico nº 72/2022

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. Conforme disposto no item “Especificação do material/serviço”, constante da “Nota de Empenho”, sendo este vinculado a Dispensa de licitação e a proposta da empresa.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 2.1. O pedido de prorrogação do prazo de entrega do objeto, sem efeito suspensivo, deverá ser feito por escrito antes do seu vencimento, com justificativa, motivações e demais comprovantes para tal.
- 2.2. Tratando-se de material/serviço facilmente identificável, que não necessite de conferência minuciosa, seu recebimento e sua aceitação efetuar-se-á concomitantemente, mediante recibo definitivo. Caso contrário, será dado recibo provisório, no qual constará que sua aceitação dependerá de conferência posterior.
- 2.3. A **EMPRESA** ficará obrigada a trocar, às suas expensas, os materiais e serviços que vierem a ser recusados, sendo que o ato do recebimento não importará em aceitação.
- 2.4. Independentemente da aceitação, a **EMPRESA** garantirá a qualidade dos materiais e serviços pelo prazo estabelecido na respectiva garantia pelo produtor ou fabricante, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito, desde que não sanado o vício no prazo estabelecido pelo **CEFET-MG**.
- 2.5. Relativamente ao disposto neste item, aplicam-se também, subsidiariamente no que couber, as disposições da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa Consumidor.
- 2.6. A entrega dos materiais e serviços deverá ocorrer no prazo máximo de **30 (trinta) dias**.
- 2.7. O **CEFET-MG** rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos materiais e serviços em desacordo com os termos da Proposta Comercial, Dispensa de licitação e Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CEFET-MG

- 3.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas na Dispensa de licitação e seus anexos;
- 3.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes da Dispensa de licitação e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 3.3 Comunicar à **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 3.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da **CONTRATADA**, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 3.5 Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos na Dispensa de licitação e seus anexos.
- 3.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUARTA- DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA

- 4.1. A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes na Dispensa de licitação, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:



- 4.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca e modelo;
 - 4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - 4.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
 - 4.1.4. Comunicar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 4.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - 4.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 4.2. A empresa contratada para a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência deverá possuir aporte técnico que proporcione reais garantias dos serviços executados, utilizando materiais, equipamentos, ferramentas e mão-de-obra de boa qualidade.
 - 4.3. Todos os serviços deverão ser executados de acordo com as especificações para serviços dessa natureza, obedecendo às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas– ABNT.
 - 4.4. A empresa contratada deverá prestar, durante a execução dos serviços, toda assistência técnico-administrativa, mantendo no local dos serviços todo equipamento de segurança e materiais necessários a uma execução perfeita dos serviços, desenvolvida com segurança, qualidade e dentro dos prazos estabelecidos.
 - 4.5. Todos os materiais, equipamentos, utensílios, EPI's e métodos executivos deverão seguir as recomendações, práticas usuais e as peculiaridades pertinentes, mesmo que não estejam explicitamente citadas.
 - 4.6. A Contratada deverá verificar todas as medidas no local da obra, antes do início dos serviços, e qualquer divergência encontrada deverá ser comunicada, por escrito, ao Contratante, que se pronunciará também por escrito, para que sejam tomadas as providências necessárias.
 - 4.7. A Contratada deverá dispor de todos os equipamentos e sistemas de proteção individual e coletiva em todas as frentes de trabalho, de modo a atender plenamente às necessidades dos serviços e à legislação em vigor.
 - 4.8. A empresa contratada assumirá integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, de acordo com estas especificações, demais documentos técnicos fornecidos, bem como, pelos danos decorrentes da realização dos referidos trabalhos.
 - 4.9. Para efeito da interpretação de divergências entre os documentos contratuais, fica estabelecido que:
 - 4.9.1. Em caso de divergência entre as especificações e o praticado pela rotina, predominará o primeiro;
 - 4.9.2. Em caso de divergência entre as especificações e as recomendações dos fabricantes dos produtos, prevalecerão os segundos;
 - 4.9.3. Em caso de divergência entre as quantidades, dimensões e qualidades, a FISCALIZAÇÃO, sob consulta prévia, definirá o procedimento correto;
 - 4.9.4. Em caso de dúvidas quanto à interpretação dos desenhos e das especificações, será consultada a FISCALIZAÇÃO.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

- 5.1. O valor a ser pago é o constante da Nota de Empenho.
- 5.2. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado



- 5.2.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 5.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão **CONTRATANTE** atestar a execução do objeto do contrato.
- 5.3.1. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 5.3.2. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.
- 5.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 5.6. Antes de cada pagamento à **CONTRATADA**, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na Dispensa de licitação.
- 5.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da **CONTRATADA**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da **CONTRATANTE**.
- 5.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 5.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a **CONTRATANTE** deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da **CONTRATANTE**, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 5.10. Persistindo a irregularidade, a **CONTRATANTE** deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à **CONTRATADA** a ampla defesa.
- 5.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a **CONTRATADA** não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 5.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a **CONTRATADA** inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da **CONTRATANTE**.
- 5.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 5.12.1. A **CONTRATADA** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

- 5.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \frac{I \quad (6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

- 6.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a **EMPRESA** que:

- 6.1.1. Falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- 6.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 6.1.3. Fraudar na execução do contrato;
- 6.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; ou
- 6.1.5. Cometer fraude fiscal.

- 6.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à **EMPRESA** as seguintes sanções:

- 6.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 6.2.2. Multa moratória de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- 6.2.3. Multa compensatória de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 6.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 6.2.5. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

6.2.5.1. A sanção de impedimento de licitar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 6.1;

- 6.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a **CONTRATANTE** pelos prejuízos causados;

- 6.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem 6.2.5 também é



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

- 6.4. As sanções previstas nos subitens 6.2.1, 6.2.4, 6.2.5 e 6.2.6 poderão ser aplicadas à **EMPRESA** juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 6.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
 - 6.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 6.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 6.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 6.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 6.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à **CONTRATANTE** serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
 - 6.7.1. Caso a **CONTRATANTE** determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 6.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 6.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 6.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 6.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 6.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 6.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF

Este documento é anexo a Nota de Empenho de número **2022NE.....**